



UMA PLATAFORMA DE CIÊNCIA ABERTA PARA O BRASIL

Viviane Toraci Alonso de Andrade¹

¹ Fundação Joaquim Nabuco, DIFOR, viviane.toraci@fundaj.gov.br

Resumo: Esta conferência de abertura vem apresentar os resultados alcançados na tese de doutoramento da autora. Mais do que compartilhar conclusões de um estudo acadêmico, conclama uma posição política do Estado brasileiro em prol do desenvolvimento da Ciência Aberta como princípio para a produção científica nacional sob financiamento público.

Palavras-chave: ciência aberta; política de comunicação, comunicação científica, acesso livre.

Eu sou Viviane Toraci, publicitária por graduação, pesquisadora na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) no campo da comunicação científica por opção. Conclui meu doutorado em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco em dezembro de 2014. Desde então, venho apresentando os resultados da minha tese em diferentes reuniões e eventos. Até o momento, tenho atraído a simpatia dos ouvintes para as minhas ideias, espero conquistar a de vocês também ;)

O título da minha tese foi “Comunicação Científica na Sociedade em Rede: uma plataforma de Ciência Aberta para o Brasil”. É engraçado lembrar que o meu projeto para a seleção do doutorado trazia como tema “o livro científico digital”. Eu já trabalhava na Fundaj e naquele momento estava ligada a Editora Massangana, a qual trabalha com publicações científicas (impressas, até hoje!). Imaginem a minha aflição em ver um órgão do Governo Federal manter uma Editora, com altos custos de equipe e licitações para impressão de pequenas tiragens (300 exemplares, em média), que demoravam meses, ou até anos, para serem realmente distribuídos, atingindo assim uma



circulação muito pequena. Minha ideia era desenvolver no doutorado uma linguagem mais apropriada para a circulação do “livro científico digital”, partindo da hipótese que o formato PDF já permitia um bom acesso, mas talvez não fosse a melhor solução possível, e que a leitura digital de textos complexos e grandes como os de livros científicos poderiam ganhar uma linguagem mais adequada e melhores condições de usabilidade.

Pois é. Ao iniciar o doutorado com essa proposta, eu nem conhecia o conceito de Ciência Aberta. Comecei a desenvolver meus estudos, participei de eventos científicos, fiz minha banca de qualificação no segundo ano do curso, tudo baseando minha tese em discussões técnicas ligadas à linguagem, gêneros textuais, características da internet, o livro científico. Mas em 2013 tudo mudou.

De fevereiro a julho de 2013 eu fiz o doutorado sanduíche na Universidad Autonoma de Madrid (Espanha) sob a orientação do Prof. Dr. Enrique Alonso. Seu espírito politicamente questionador começou a provocar rupturas em minhas concepções “tecnicistas”, incluindo na tese bibliografias como “A ética dos hackers e o espírito da era da informação” (HIMANEN, 2001), “A Catedral e o Bazar” (RAYMOND, 1997) e “La quimera del usuário” (ALONSO, 2014). Em meu retorno ao Brasil, tive uma segunda banca de qualificação com a presença de um professor da área de computação. Ele diretamente questionou porque eu, na área de comunicação, estava desenvolvendo algo tão técnico? E enfim, eu participei da IV Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto (CONFOA 2013). Enfim eu conheci a Ciência Aberta, as discussões ocidentais sobre políticas governamentais de Acesso Aberto, as iniciativas criadas por cientistas abertos. Toda uma comunidade envolvida em desenvolver estratégias – em sua maioria, políticas – para garantir que as atividades científicas realizadas sob investimentos públicos sejam



efetivamente abertas, desde seu início até a divulgação de resultados e disponibilização de dados abertos.

E agora? Como eu poderia mudar toda a minha tese a somente um ano da minha banca de conclusão? É por isso que eu digo. Uma das principais lições que aprendi no doutorado foi: “Desapega menina!”. Desapeguei de capítulos inteiros da tese, desapeguei da ideia de livro digital. Vou propor uma Plataforma de Ciência Aberta para o Brasil. E como plataforma, não digo apenas uma solução informática disponível em rede, mas também uma plataforma política para criação de uma agenda de discussões no governo brasileiro.

Sigam o meu raciocínio. Temos no Brasil a Plataforma de Currículos Lattes. Ela é referência mundial não por sua tecnologia, mas por ter alcançado um alto nível de alimentação e atualização dos dados, todos inseridos pelo próprio usuário. Ela conta com equipe dedicada, responsável pela atualização e manutenção do sistema. Trata-se de uma plataforma criada e mantida com recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Sabemos que há controvérsias, principalmente no modelo de alimentação dos dados e o efetivo acesso aberto a seus bancos. Mas temos que admitir. Não precisamos mais buscar no site de cada instituição pelo currículo de um pesquisador. Vamos direto para a Plataforma Lattes.

E qual o aspecto político desta discussão? Alguém tem conhecimento sobre uma lei, norma ou algo que obrigue um pesquisador a ter um currículo Lattes? Se não é obrigatório, porque fazemos? A minha resposta é: foi desenvolvido um arranjo institucional no Brasil que se tornou mais efetivo que as leis ou normas publicadas em outros países. Órgãos governamentais de fomento a



pesquisa passaram a incluir em seus editais a solicitação de apresentação de currículo impresso a partir da Plataforma Lattes. As seleções para professores e pesquisadores – tanto em esfera pública quanto privada – também o fizeram. Para estudantes que buscam bolsas de estudos ou pesquisa, também. Assim, cada uma das instituições brasileiras ligadas a produção científica – sejam órgãos de fomento, pesquisa e ensino – adotaram como padrão o currículo Lattes. Isso é o que eu chamo de arranjo institucional.

Mas a Plataforma Lattes nos traz apenas a citação da produção realizada. E o conteúdo em si produzido? Dependendo do tipo de produção, estará registrado como patente, publicado em revistas científicas ou como livros, entregue em formato de relatório de pesquisa para o órgão que o financiou, entre outros produtos da comunicação científica. No Brasil, muitos destes produtos estão em Acesso Livre, pois mesmo não tendo uma lei ou norma, o governo brasileiro tem investido em soluções baseadas neste princípio, como o Scielo e o Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER). Mas toda essa informação ainda está dispersa, exigindo dos pesquisadores um verdadeiro trabalho de mineração na web.

A partir da análise de políticas e iniciativas ligadas ao acesso aberto e à ciência aberta em diferentes países em comparação com o ambiente brasileiro, propus a criação da Plataforma de Ciência Aberta. Assim, estaria a cargo do governo brasileiro a guarda e disponibilização em acesso aberto das informações científicas produzidas, principalmente, sob financiamento público, não deixando a cargo de empresas (em sua maioria, estrangeiras) conteúdos de natureza tão estratégica. Para sua implementação, além de recursos financeiros compatíveis apenas a um estado nacional, seriam necessárias decisões políticas, a exemplo do arranjo institucional que citamos anteriormente. Obviamente, a centralidade da plataforma poderia ser



interpretada como mais um mecanismo de controle do Estado. Mas não compartilho da concepção de que tudo que vem do Estado é por princípio maléfico. Acredito que o controle social é ainda mais poderoso.

Referências

ALONSO, E. La quimera del usuario: Resistência y exclusión em la era digital. Madrid: Abada Editores, 2014.

ANDRADE, V.T.A. de. Comunicação científica na sociedade em rede: uma plataforma de ciência aberta para o Brasil. 2014. 227 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

HIMANEN, P. A ética dos hackers e o espírito da era da informação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

RAYMOND, E. S. The Cathedral and the Bazaar: Musings of Linux and Open Source by an Accidental Revolutionary, O'Reilly and Associates, Sebastopol, California, 1997. Disponível em: . Acesso em: 5 mai. 2013.